

# A violência como método: Conflitos relacionados a pagamentos aos operários das secas no Ceará (1877-1920)

## *Violence as method: conflicts over payments to drought labourers in Ceará State (1877-1920)*

Tyrone Apollo Pontes Cândido<sup>1</sup>

Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central na Universidade Estadual do Ceará, em Quixadá (FECLESC-UECE).  
tyronecandido@gmail.com

**RESUMO:** O artigo expõe os conflitos promovidos por retirantes das secas na passagem do século XIX, quando o pagamento de salários nas obras de socorros públicos era questionado. Em geral, tais conflitos foram marcados por atitudes violentas, tanto por parte dos operários indignados quanto pelos administradores das obras, que lançavam tropas contra os pobres considerados membros de uma “classe perigosa”. Observando detidamente as experiências das lutas operárias e utilizando o diálogo com alguns autores da História Social, procura-se mostrar como a violência era um método que correspondia ao modelo de trabalho compulsório das obras de socorros públicos daquele período, ao mesmo tempo em que se podem perceber certas mudanças nas relações entre a pressão dos trabalhadores e o pagamento dos salários.

**Palavras-chave:** Violência; Pagamentos; Operários das secas.

**ABSTRACT:** This article addresses conflicts sparked, at the close of the 19th century, by people displaced by drought challenging wage payments for public relief works. Those conflicts generally involved violent attitudes on the part both of indignant labourers and of the works administrators, the latter sending troops against the poor, who were considered members of a ‘dangerous class’. By extensive observation of the experiences of workers’ struggles and dialoguing with Social History authors, the study aimed to show that, during that period, violence was a method corresponding to the model of forced labour on public relief works, at the same time as certain changes can be perceived in relations between the pressure the workers exerted and the wage payments.

**Keywords:** Violence; Payments; Drought workers.

## Um dia de luta

Eram quase dez horas da manhã do dia 20 de agosto de 1878 em Fortaleza. O sol já ardia sobre a cabeça dos retirantes, e eles esperavam pelo pagamento das rações do governo em frente ao armazém da Praça Visconde de Pelotas. Havia quase três dias não recebiam comida e tinham uma forte desconfiança em relação ao que fariam os agentes dos depósitos. Não era certo nem que haveria de fato distribuição naquele dia.

Finalmente os víveres começaram a ser levados do prédio do depósito ao curral da pagadoria<sup>2</sup>. Mas, antes que os encarregados completassem o percurso, retirantes lançaram-se sobre eles e, num átimo, arrancaram diversos volumes de carne e de outros gêneros. Também não tardou para que chegassem doze praças de polícia convocados para proteger víveres e agentes dos depósitos. Mas os soldados encontraram uma multidão nada disposta a ceder. Foram recebidos com pedradas e tiveram de procurar refúgio no interior de uma casa a fim de se preservarem da ira plebeia.

Como era de se esperar em se tratando de uma folha de oposição, o *Pedro II* considerou exagerado e uma completa imprudência o uso da força contra aqueles “filhos do infortúnio”. Segundo a versão do órgão conservador, a ordem já estava quase completamente restabelecida, com turmas de retirantes já devidamente recolhidas para receberem os gêneros, quando os soldados, “às carreiras, com sabre em punho, sem *quê* nem *porquê*, penetraram rapidamente nos currais e investiram furiosamente contra os moribundos de fome”, os quais, “impelidos pelo instinto da conservação”, arrancaram estacas de madeira para se defender<sup>3</sup>.

O presidente da província, em contrapartida, ofereceu sua própria versão dos fatos: para José Júlio de Albuquerque Barros, os retirantes já chegaram à praça dispostos ao conflito. Dias antes, a administração da província havia demitido alguns chefes de turmas que estariam coniventes com irregularidades e malversações no pagamento dos gêneros, o que teria gerado um clima favorável para que indivíduos da oposição agissem para criar embaraços ao governo. Agitadores estariam, assim, explorando os fatos com oportunismo, “incitando os emigrantes à resistência”<sup>4</sup>.

Os pontos de vista são aqui bem claros e distintos. Para oposicionistas, os conflitos se desencadearam em razão do péssimo serviço de socorros a cargo da administração provincial, que negligenciava o fornecimento dos alimentos. Os retirantes figuram como miseráveis levados pela agonia da fome, vítimas lancinadas pelos “mais agudos sofrimentos”. Os agentes policiais eram, por sua vez, “mercenários”, “sanguedentos”, “provocadores”. Quanto ao que sustentava a versão oficial, nada teria acontecido não fosse a ação de “agitadores” explorando a frágil condição dos retirantes, criando “dificuldades e perigo para a ordem pública”. Os que atacavam os policiais eram “desordeiros muito conhecidos”, e da parte das forças públicas, seu comportamento teria sido exemplar, tentando de todas as maneiras dissuadir os retirantes a baixarem paus e pedras, e, afinal, só se valeram da força quando a

situação tornara-se por demais perigosa. Curioso é que, para ambas as partes, os retirantes não seriam propriamente os sujeitos de suas ações. De um lado, eram levados ao choque por algum “instinto de conservação” provocado pela fome. De outro, seriam “emigrantes dirigidos pelos desordeiros” interessados em manchar a imagem do governo. Mas retornemos ao curso dos acontecimentos.

Era tudo menos passiva a atitude dos retirantes diante das forças policiais. Quando os doze praças chegaram para recuperar os víveres tomados pelos retirantes, foram “repelidos com pedradas e cacetadas pelos numerosos grupos” e, “para escaparem da morte, foram obrigados a refugiar-se em uma casa próxima”. O delegado de polícia escreveu em seu relatório que “ali mesmo, nas casas vizinhas, os desordeiros tentavam entrar à força para arrastar os soldados à praça e assassiná-los”. A notícia dos conflitos correu a cidade e os subúrbios, chegando até os “lugares mais arredados”. Os grupos amotinados tornavam-se mais numerosos com a afluência de retirantes de outros abarracamentos e daqueles que deixaram “os serviços em que estavam ocupados”. “Mostravam-se insistentes, lançando projéteis contra os soldados e a todo o preço querendo abrir luta contra eles<sup>5</sup>”.

Em certo momento os enfrentamentos eram simultâneos, em diversos pontos diferentes da praça. Imigrantes continuavam a lançar pedras, “vociferando e ameaçando acabar com todos os soldados”. Em número “superior a seis mil, enchiam quase toda a praça, cercavam o armazém, invadiam a pagadoria”. Pregavam que “estavam no seu direito, que os gêneros lhes pertenciam e que os comissários lhes haviam feito uma injúria demitindo os chefes de turmas”. Segundo o repórter do *Pedro II*, a praça “que é extensíssima, todas as ruas que dão saída para ela e todos os pontos próximos estavam literalmente cheios de retirantes e de curiosos”. A violência desencadeou o pânico e, alarmado, o cidadão Francisco Fernandes Vieira adentrou o palácio da presidência da província informando que “o conflito tomava caráter muito sério, que três soldados já tinham sido mortos e que a luta continuava”.

Era a senha que faltava para que as tropas de linha e a cavalaria entrassem em ação. O presidente da província ordenou que uma parte da guarda do palácio se dirigisse à Praça Visconde de Pelotas e convocou o comandante da cavalaria a enviar para ali seus homens. Em instantes, despontavam no palco do conflito quarenta soldados de linha com suas baionetas e seis cavalarianos com suas espadas.

Tanto o presidente da província quanto o chefe de polícia insistiram em seus relatórios sobre as repetidas advertências que eram feitas à multidão em polvorosa, mas esta a nada parecia querer ceder.

Seguindo sua linha de argumentação, o jornal *Pedro II* sustentava, por outro lado, que a atitude desse delegado teria sido a de “insolentemente” declarar aos “seus miseráveis concidadãos que não se lhes dariam mais rações e que eles haviam de pagar o desaforo de terem feito correr os seus soldados”. Seja qual for a versão mais fidedigna – ou a menos

distorcida –, parece que os retirantes se mantiveram altivos perante as tropas oficiais, agora reforçadas com mais armas e cavalos.

Sustentou-se uma batalha que se estendeu por horas nesse jogo de ataques e defesas, com os antagonistas medindo forças. Mas num momento uma pedrada atingiu em cheio o peito do comandante da cavalaria, alferes João Sabino da Rocha, à qual se seguiu outra que lhe alcançou um braço. A violência do ataque o fez inclinar-se sobre a montaria. “Simultaneamente, muitos outros projéteis eram atirados contra a força que até então nenhum movimento fizera”, escreveu o presidente da província. Mas com a “formal resistência” da multidão, e como o “arremesso de pedras tornou-se geral da parte do povo”, a cavalaria se pôs em movimento. Uma parte da multidão logo se afastou, mas resistiram ainda grupos que haviam “preparado montões de pedras”, e um desses, “mais arrogado, envolveu uma praça da cavalaria e, tendo-a já ferido, tentava apeá-la”. Foi quando se ouviram os disparos de três ou quatro tiros para o ar ordenados pelo alferes comandante da cavalaria para, dessa forma, assustar finalmente os revoltosos que punham em risco a vida de um de seus soldados.

Assim as tropas governamentais teriam enfim cessado a grande revolta de retirantes na Praça Visconde de Pelotas. E há mesmo entre os relatos disponíveis registros de um momento em que a praça se esvaziou, restando no chão muita gente ferida em meio a poças de sangue. Mas, para a reportagem do *Pedro II*, aquela dispersão era apenas o início de um segundo ato ainda mais violento e revoltante. Em vingança, as tropas se lançavam contra os retirantes com toda a fúria. Soldados “acometiam furiosamente contra todos os que viam e demoravam-se em dar panos, ferir e mutilar quantos alcançavam”. Os soldados teriam seguido em perseguição pelas ruas principais da cidade, capturando pessoas que identificavam como sendo os “desordeiros”. Entraram, enfim, nos abarracamentos do Alto da Pimenta, da Pacatuba e de São Sebastião. “E nessa perseguição invadiam os pobres tugúrios, choças de palhas e os ranchinhos de ramos, dentro dos quais espancaram e feriram sacrilegamente os que debaixo deles mal abrigavam-se dos raios do sol”.

Como saldo da violência, consta terem ficado feridas umas duzentas pessoas, entre soldados, encarregados dos depósitos e retirantes. O jornal *Pedro II* apontou o caso de dois retirantes que teriam sido mortos, mas o presidente da província contestou a informação. Sobre os supostos três soldados mortos (anunciado por Francisco Fernandes Vieira), tudo indica ter sido apenas mais um dos boatos que o clima de tumulto e medo suscitara.

Ao término dos acontecimentos, teria havido ainda uma “passeata de regozijo” com uma banda de música posta à frente das forças “vitoriosas” que finalmente se recolheram após as três horas da tarde. Haviam se passado, portanto, quase seis horas desde os primeiros conflitos pela manhã.

Talvez pareça um tanto estranho, mas os conflitos narrados acima – ainda que extraordinários pelas grandes proporções que tomaram naquele dia especificamente – eram característicos dos momentos de pagamento às turmas de operários envolvidas nas numerosas

obras de socorros públicos organizadas durante os tempos de seca na passagem do século XIX<sup>6</sup>. Quando ocorreu o conflito no dia 20 de agosto de 1878, todos já sabiam na cidade que a revolta havia nascido entre os retirantes do abarracamento da Pacatuba – na verdade, abarracamento do Benfica, do 6º distrito, situado na antiga estrada da Pacatuba. Era então o mais numeroso de Fortaleza, abrigando quase 24 mil imigrantes. Naquela época, havia aproximadamente 60 turmas ali organizadas; nenhum outro abarracamento contava com tantas turmas (nem mesmo o populoso Alto da Pimenta, com 53, selecionadas entre mais de 20 mil retirantes). A maioria dos trabalhadores estava designada para carregar pedras desde a ponta do Mucuripe<sup>7</sup>.

Neste artigo, dedico-me a apresentar os episódios e as circunstâncias em que se deram conflitos por ocasião de pagamentos aos operários das secas durante a passagem do século XIX, enfocando o Ceará, que foi, entre as províncias situadas no território semiárido brasileiro, aquela que mais intensamente vivenciou os tempos de estiagem ao longo da história. O recorrente uso da violência como método de luta dos operários (mas igualmente das forças do governo na busca pelo controle social) sugere a reflexão que no final do texto procuro fazer, relacionando os diferentes entendimentos acerca do sentido do trabalho e da remuneração assalariada por parte de retirantes, chefes de turmas, administradores das obras, engenheiros e autoridades políticas, num contexto em que o declínio do trabalho escravo entrelaçava-se ao recurso de relações de trabalho compulsórias e degradantes, ainda que assalariadas.

### **Algumas circunstâncias esclarecedoras**

Havia tempo que os retirantes de Fortaleza andavam agitados, descontentes com os socorros do governo e envolvendo-se em rusgas com as forças policiais. Pelo menos desde os últimos meses de 1877, mas de forma mais intensa durante a primeira metade do ano seguinte, várias tentativas de saques ocorridas nas horas do pagamento de rações acabavam com a intervenção repressora das forças públicas lançando-se sobre os imigrantes. Em 18 de março, quando retirantes esperavam pelos salários na Praça Marquês do Herval, ocorreu ali uma renhida luta. Retirantes dispensados de obras de socorros quiseram receber pagamentos, mas soldados os impediram. Resistindo com pedradas, os retirantes foram repelidos com tiros de espingarda, muitos ficando feridos, inclusive duas crianças. Horas depois, ainda naquele dia, um novo enfrentamento resultaria na morte de um imigrante. Já nas semanas que antecederam a revolta, soldados e retirantes andaram se engalfinhando nas pedreiras do Mucuripe. Quando um trabalhador, em meados do mês de julho, insistiu em desobedecer à regra de que cada indivíduo não podia carregar “mais de uma pedra de tamanho regular”, trazendo ao ombro um saco cheio delas, o administrador da pedreira chamou o delegado de polícia, que deu voz de prisão ao retirante. Seus companheiros conseguiram, porém, “arrebatar o preso do poder dos guardas”. No dia seguinte, mais duas turmas de retirantes enfrentaram os policiais com o mesmo objetivo. No dia 5 de agosto, mais uma vez os carregadores de

pedras tentaram passar por cima da autoridade do administrador da pedreira. Deu-se então um conflito do qual resultaram diversos feridos. Sobre esse acontecimento, o comissário dos socorros públicos anunciou que os próprios chefes de turma “que a tudo presenciaram, em vez de intervirem na tentativa de fazer cessar os conflitos, ao contrário tornaram-se estimuladores dos operários e foram, segundo sou informado, promotores da desordem”<sup>8</sup>.

Acresce que também por aqueles dias, no abarracamento de Pacatuba, a varíola chegava com violência. Não me refiro ao caráter mortal da doença – que certamente fazia crescer o sentimento de angústia entre todos –, mas ao aumento do controle sobre os imigrantes. Num ofício de 10 de agosto, o comissário informou que mandara recolher ao lazareto da Lagoa Funda “dezessete pessoas que no período de três dias foram descobertas no distrito à custa de laboriosas [*sic!*] investigações”. Dizia ainda:

Acontecendo, pois, que, por ignorância, quase todos os que são acometidos do mal se ocultam e pelos meios a seu alcance frustram as precauções higiênicas que se tomam para obstar os estragos da peste, venho propor a V. Exa. que se digne confirmar a medida que estabeleci de conferir a uma companhia sanitária, composta de um prefeito e de treze vigias, o salário de dois mil réis por cada varioloso que a dita Companhia recolher ao Lazareto<sup>9</sup>.

Na busca pelos variolosos, caçadores de prêmios ficavam dessa forma autorizados a entrar no barraco de cada família de retirantes que julgassem suspeitos de estarem doentes.

Em face dessas circunstâncias, não parece estranho que as turmas de operários do abarracamento de Pacatuba estivessem mobilizadas para a luta no dia 20 de agosto. Como já visto acima, chefes de turmas haviam sido demitidos dias antes sob a acusação de conivência com a malversação dos gêneros. Essa medida podia estar comprometendo algum esquema não oficial de obtenção de comida forjado pelos operários. Além disso, a escassez de víveres e a distribuição de comida estragada também eram recorrentes nos meses centrais de 1878, o que podia igualmente estar encorajando os imigrantes para a luta. É plausível imaginar que eles temiam novas retaliações por parte dos comissários de socorros.

Falou-se de pessoas percorrendo os abarracamentos com “doutrinas subversivas”. E, de fato, a se levar em consideração certos comportamentos dos grupos de retirantes durante o conflito – as pedras previamente amontoadas e as investidas coletivas, por exemplo –, podemos pensar mesmo na presença de algumas técnicas populares de combate combinadas com antecedência. Se não houve uma conspiração da oposição, como acreditava – ou queria fazer acreditar – o presidente Albuquerque Barros, é possível que o descontentamento dos retirantes com a repetida repressão policial e a demissão dos chefes de turma ocorrida dias antes tenham desencadeado um movimento de protesto de alguma forma planejado. Já o comissário do abarracamento da Boa Esperança havia indicado em ofício a existência de um “movimento belicoso da parte de outras [turmas] da Pacatuba e circunvizinhanças”<sup>10</sup>. Se a ideia de um motim remete a um levante provocado por alguma reação súbita de uma

multidão pega de surpresa por alguma notícia indignante, não foi bem isso o que parece ter ocorrido no dia 20 de agosto de 1878. É provável que estejamos diante de um movimento que melhor se caracteriza como uma revolta prevista e antecipadamente preparada.

A revolta dos retirantes na Praça Visconde de Pelotas é uma porta de acesso ao cenário de articulações que compunham as artes da resistência dos proletários das secas. Aquele levante era o resultado de meses de convivência forçada entre retirantes e os habitantes de uma cidade sobressaltada pela presença estranha e indesejada de uma multidão de miseráveis. Ele culminava uma sucessão de conflitos de menores dimensões que iam acumulando a tensão entre imigrantes, comissários de socorros e soldados. Com o passar do tempo, sertanejos de diferentes proveniências estabeleciam relações, reconhecendo a condição compartilhada e esboçando identificações em face de um outro hostil. Não demorou para que o estranhamento se transformasse em antagonismo, e o antagonismo em confronto aberto e violento entre formações coletivas.

A organização das turmas de trabalhadores oferecia novos elementos ao incremento dessas lutas. Ao mesmo tempo em que viabilizava o trabalho nas jornadas das secas, a reunião dos retirantes em agrupamentos contribuía para aproximar os interesses comuns dos operários de uma mesma turma, gerando focos de resistência, aumentando a pressão pelo desarranjo do trabalho no cotidiano das obras de socorros públicos. O objetivo deste artigo é apresentar elementos que sirvam para o entendimento desses arranjos estabelecidos pelos retirantes, em especial aqueles construídos na interface com o mundo do trabalho, nas fronteiras do trabalho.

Esses arranjos tinham, por sua vez, características particulares. Por terem proveniências diversas, quando os proletários das secas se engajavam numa obra de socorros públicos, passavam a trabalhar ao lado de pessoas estranhas a seu convívio comunitário. Claro que muitas vezes alistavam-se juntamente com pessoas da família e amigos que singraram juntos a dura retirada. Mas a maioria dos companheiros das turmas de operários era uma gente com a qual o retirante ia travar seu primeiro contato. Além disso, novos também eram os chefes, o regime de trabalho, as formas de pagamento, os horários e as diversas outras condições encontradas no cotidiano das obras. Resistir às opressões encontradas nessa nova e mutável realidade exigia do sertanejo pobre um aprendizado constante e de acordo com experiências inéditas.

No entanto, recompor a trama dessa tessitura é algo bastante difícil. Não existem muitas falas preservadas dos próprios retirantes. Os contemporâneos que episodicamente registraram opiniões sobre suas ações coletivas reproduziam uma visão que muito pouco estimula a imaginação. Como visto acima, os imigrantes nunca figuravam como sujeitos de suas próprias ações. Pelo contrário, eram vistos como indigentes dirigidos por conspiradores da oposição ou famintos levados à revolta por reações inevitáveis da fome (a “visão espasmódica” contestada por E. P. Thompson<sup>11</sup>). A maneira, por exemplo, como Rodolfo Teófilo



(1922, p. 215) se referiu à truculência das tropas oficiais nos conflitos da Praça Visconde de Pelotas considerando que o delegado de polícia, “com aquela coragem brutal de tigre contra o cordeiro, mandou levar o povo a ferro e a fogo”. Os que ainda guardavam alguma complacência pela condição dos retirantes, como Teófilo, não viam neles mais do que “cordeiros” vitimados pela brutalidade dos maus governantes. Assim, não avançavam muito em relação aos que viam nos imigrantes, de uma perspectiva mais severa, membros de uma “classe perigosa” prestes a se revelar em ira selvagem.

## **Outras secas, outros conflitos**

Na grande seca de 1877-79, os centros litorâneos – sobretudo Fortaleza – concentraram as ações mais expressivas de retirantes: reivindicando pagamentos, enfrentando tropas policiais, demonstrando com seus protestos que não estavam nada dispostos a morrer passivamente de fome nem se submeter a esquemas demasiado opressivos de trabalho. A revolta em frente à pagadoria da Praça Visconde de Pelotas foi o ponto culminante de uma articulação de movimentos que vinha num crescendo desde a chegada dos primeiros grupos de imigrantes, em 1877.

As investidas dos proletários das secas reacenderiam com o novo tempo de estiagem em 1888-89. Começou com uma “revolução” dos operários da via férrea na cidade de Baturité. No dia 29 de setembro de 1888, um sábado, o engenheiro-chefe César de Souza surpreenderia os trabalhadores mandando “declarar ao povo da estrada que cada trabalhador percebia 800 réis diários e que do corrente mês em diante pagaria só 700 réis”. Os salários eram pagos mensalmente nessa época, dificultando o controle de cada operário sobre as somas de seus ganhos diários, os descontos etc. Muitos acreditavam que o salário pago por dia estava cotado em mil-réis, pois até então “sobre essa questão dos salários reinava todo o segredo”. Naquele momento, uma nova folha de pagamento estava sendo confeccionada para os que trabalharam ao longo do mês de setembro. Indignados, sentindo-se ludibriados, os trabalhadores combinaram então tirar satisfações com o engenheiro na segunda-feira seguinte, dia 1º de outubro. E assim fizeram.

Logo às oito horas da manhã, na segunda-feira, uns 60 homens se dirigiram à casa do engenheiro César de Souza e reclamaram contra o corte anunciado. O engenheiro, no entanto, disse que não voltaria atrás e que manteria a ordem de corte nos salários. Imediatamente, registrou uma matéria do jornal *Cearense*, “todos se retiraram murmurando e abandonaram os instrumentos de trabalho”. “Plano concertado entre todos eles, a greve foi geral”. Naquele dia não se via “um único trabalhador na estrada<sup>12</sup>”. Somente o corpo de cavouqueiros resolveu não aderir à paralisação.

Os operários se reuniram então no bairro do Putiú, ao lado da estação ferroviária. Discutiam “tomar uma vindita contra o Dr. César” e muitos estavam armados. Para lá se dirigiram alguns soldados, que quiseram desarmar os retirantes. Seguiu-se daí uma “tremenda



luta”. Um morador de Baturité disse ter havido então “muita cacetada, pedrada e facada”. Os praças levaram a pior e, para se refugiarem, entraram na estação e fecharam a porta. A mesma testemunha de Baturité escreveu sobre o episódio:

Quatro a cinco praças que se refugiaram na estação foi o bastante para o povo forçar a entrada do edifício, não o conseguindo a muitos pedidos e rogos; mas ninguém pôde impedir que arremessassem uma chuva de pedras sobre o mesmo, de que resultou quebrarem tudo quanto era vidro, relógio e caixilhos das portas<sup>13</sup>.

Tudo indica que a exaltação dos trabalhadores era extrema nesse momento, tendo o repórter do *Cearense* registrado que “o povo assaltante, a rugir como feras, jurava matar os soldados”. Somente às três horas da tarde, “a muito rogo de diversas pessoas”, em particular do padre Antero Bernardino, coadjutor da freguesia, os soldados puderam finalmente retirar-se da estação, quando “serenou um pouco a irritação popular”. Mas os grevistas impuseram a condição “deles sitiante virem *escoltando* a força pública ensanguentada, rasgada e algumas praças sem boné e sem facão” no percurso até o quartel da cidade, “com muito trabalho dos que os apaziguavam, pois que queriam dar ainda nos soldados!”<sup>14</sup>.

Promotores de uma greve com traços de insurreição, os operários da Baturité tomaram o cuidado de sabotar a comunicação com a capital cortando o fio telegráfico. Muitos habitantes da cidade ficaram apavorados com tudo o que viam, e quando os grevistas subiam para o centro da urbe escoltando os soldados, “espalhou-se a triste notícia de que seria saqueada a população”.

Isso alarmou tanto a cidade que num momento fechou-se tudo, procurando cada qual trancar-se o melhor possível e armar-se para o que desse e viesse. Foi um barulho infernal o bater das portas de envolta com a gritaria geral.

Desta vez não passaram de “boatos aterradores”. Recolhida a força pública, o “povo voltou para o Putiú numa gritaria danada e lá acampou”. Mas uma nova onda de pavor tomou conta da cidade quando, ao cair da tarde, chegou um expresso com mais de 25 praças “pedidos para garantir a população”. Quando os soldados desembarcaram, os grevistas os cercaram e os acompanharam “numa vozeria infernal, insultando a força até entrar no quartel”. “Foi outro susto que tivemos, tanto mais quanto se dizia que desta vez seria saqueado o mercado público”. E, mais uma vez, os boatos não se confirmaram. Os trabalhadores permaneceram por algum tempo nas imediações do mercado, “mas com pouca demora seguiram para a estação dando *vivas e morras*”<sup>15</sup>.

À noite ainda circularia um “boletim insultuoso ao engenheiro-chefe”, e a cidade recolheu-se apreensiva: “Estão todos amedrontados”, anotou a testemunha de Baturité antes de dormir.

Se o engenheiro em chefe não foi atacado hoje em sua própria casa nesta cidade, agradeça a intervenção de cidadãos distintos. Assim mesmo os engenheiros (alguns) e suas famílias, receosos, pediram socorro e refugiaram-se em casas estranhas<sup>16</sup>.

São essas, basicamente, as informações de que disponho sobre a greve dos operários do prolongamento da via férrea de Baturité em 1888. Impactante e expressivo, foi, entretanto, um movimento isolado, após o qual se seguiu um período de vários meses sem registros de novos protestos envolvendo retirantes. Mas uma onda de conflitos sem precedentes estava destinada a estourar no final de agosto de 1889 quando, sob o novo governo do conselheiro Henrique D'Ávila, os salários nas principais obras públicas sob o encargo da administração provincial deixaram de ser pagos. Em muitas obras, os trabalhadores já estavam havia mais de um mês sem receber quando se anunciou subitamente a suspensão de todos os serviços públicos da província.

No dia 22 de agosto, trabalhadores de Granja e de Camocim provocaram “desordens” e ameaçaram saquear os armazéns públicos. Um telegrama do comissário Inácio Fontoura dizia que, por falta de proteção policial, as próprias vidas dos comissários daqueles lugares corriam perigo. Na vila de Pacatuba, no dia 1º de setembro, houve uma “grossa pancadaria nos infelizes retirantes” após uma tentativa de saque. Repelidos “a cacete e pedras”, os retirantes reagiram, “travando-se luta que durou cerca de duas horas”. Em Maranguape, dois dias depois, mais de mil operários das obras suspensas “intimaram o comissário do governo a dar-lhes víveres (...) de modo tão enérgico que o comissário teve de ceder”. Em seguida, foram enviadas tropas oficiais para conter aqueles imigrantes. No mesmo momento em que os acontecimentos transcorriam em Maranguape, em Acarape ocorria um “levantamento dos trabalhadores”, tendo o governo provincial destacado 25 praças para o local<sup>17</sup>.

No dia seguinte, 5 de setembro, mais de seiscentos “retirantes armados de faca e cacete” atacaram o depósito de Messejana por volta do meio-dia. Numa nota do *Libertador* lia-se que “os famintos, em desespero, ameaçavam de morte quem se opusesse à realização do intento a que os impelem as aperturas da fome”. Houve então “contusões e ferimentos”, resultado dos choques com os soldados. Naquele mesmo dia as agitações chegariam a Fortaleza, com uma multidão de quatrocentos homens e mulheres atacando os depósitos de víveres do Pajeú. “Em menos de meia hora o armazém ficou inteiramente limpo dos duzentos e tantos volumes de arroz, farinha e charque que continha”. As forças públicas desta vez chegariam tarde demais, não encontrando mais viva alma dos que praticaram o saque<sup>18</sup>.

Em 6 de setembro, novamente em Messejana, e ao mesmo tempo no bairro do Alto da Balança, em Fortaleza, havia “grande número de retirantes armados” dispostos a enfrentar quem se pusesse a impedi-los de tomar os gêneros do governo. Horas depois, naquele mesmo dia, “um grupo de famintos, mulheres na maior parte”, atacou três carroças que conduziam víveres para um depósito em Jacarecanga, nos subúrbios da capital<sup>19</sup>.

Em 8 de setembro seria a vez de Aracati e Aquiraz viverem momentos de tensão quando outros grupos de retirantes assaltaram os depósitos do governo. Em Baturité, também naquele dia, armazéns foram tomados por imigrantes. E quanto a Quixadá, saques só foram evitados

porque o próprio chefe de polícia para ali se dirigiu no intuito de inibir tumultos no que era um dos maiores centros de reunião de retirantes daquela seca<sup>20</sup>.

Ainda uma semana depois, em 14 de setembro, um telegrama de Camocim clamava pela remessa urgente de quinze praças “de confiança [para] conter operários [na] distribuição [das] sacas [de] gêneros”. No dia 20, de novo em Camocim, o comissário José de Souza Martins registrou que se propalava pela cidade a intenção dos retirantes de atacar o depósito de gêneros. Como se não bastasse o clima geral de insegurança, aquele comissário teve de lidar com a recusa de operários em descarregar o vapor *Cabral* que chegara naquele mesmo dia trazendo novas remessas de víveres. Os operários alegavam que não queriam trabalhar por “nada receberem do comissário local”, e o comissário Martins, de sua parte, dizia-se “inibido [em] abrir armazém e dar descarga [do vapor] *Cabral*”<sup>21</sup>.

Depois de quase um mês de intensos conflitos, a ordem pública da província encontrava-se profundamente abalada. O presidente Henrique D’Ávila entregou o cargo, e as obras de socorros públicos foram aos poucos sendo retomadas. Os protestos foram também perdendo sua intensidade. Mas seus profundos impactos deixariam todos em alerta até o final da seca. Antes disso, porém, uma agitação popular ainda abalaria os nervos de autoridades e habitantes de Quixadá no fim do mês de novembro. Desta vez a insatisfação dos retirantes estava relacionada com a medida do novo governo republicano de alistar todos os imigrantes “válidos”, proibindo que retirantes não empregados em obras recebessem os socorros sem trabalhar.

Antonio Joaquim Guedes de Miranda, o novo diretor dos socorros públicos em Quixadá, registrou em 27 de novembro que,

já se achando um tanto adiantado o alistamento do povo para o trabalho, fiz constar que de 1º de Dezembro em diante terminaria completamente a distribuição de esmola às pessoas válidas, e que os gêneros só seriam dados em troca do trabalho.

Também teria naquela hora informado aos retirantes que a diária paga pelo governo passaria a ser de setecentos réis – “sendo quinhentos em gêneros e duzentos em dinheiro”. O diretor Miranda percebeu que “alguns aceitaram de bom grado esse alvitre”, mas vários outros se “escusaram de serem alistados”, declarando que “de qualquer modo haviam de comer dos gêneros mandados pelo governo”. Diante da ameaça, o diretor dos socorros teceu sua avaliação sobre o quadro de insegurança na cidade:

Com vinte praças aqui destacadas, número insuficiente para a garantia desta localidade que atualmente tem uma população adventícia muito avultada e já bastante afeita ao abuso ou, para melhor dizer, à dilapidação, estou na impossibilidade de agir como convém em tais casos; é, pois, de absoluta necessidade e urgente ser elevado este destacamento a cinquenta praças, o que se poderá completar com os destacados em Baturité, onde não há aglomeração tão grande de povo.

Julgando que Quixadá havia se tornado na seca “um foco de bandidos atraídos de todos os pontos das províncias vizinhas”, dizia que era “evidente que hoje é preciso força, não para brigar, mas para impor respeito e assim obstar qualquer reação que pretendam fazer com o acabamento desses desperdícios”. Quando afinal conseguisse restabelecer “a ordem nesse estado de coisas, o alistamento se elevará de três a quatro mil homens”, avaliava a nova autoridade republicana<sup>22</sup>.

Confrontado com um dos períodos mais agitados e ricos em experiências de conflitos como foram os anos de 1888-89, o novo tempo de estiagem em 1900 representaria um evidente recuo nas articulações coletivas dos sertanejos pobres que viveram a passagem do século XIX. Sendo esse um ano para o qual a documentação histórica se revela especialmente escassa de informações a respeito das práticas sociais dos retirantes, apenas um artigo de jornal informa a respeito de um grupo de imigrantes que buscou em vão, numa atitude bastante arriscada, atacar um trem em movimento que passava pela estação de Massapê, da Estrada de Ferro de Sobral<sup>23</sup>. Quanto ao mais, as fontes apenas registram as típicas visões hegemônicas a respeito do que seriam sinais do “desespero” de grupos sertanejos diante das condições extremas da fome.

Porém, outros fatores podem estar relacionados à impressão desse declínio das lutas travadas pelos proletários das secas. A seca de 1900 teve por característica uma reduzida adoção de medidas de socorros públicos, o que implicou uma emigração particularmente intensa para outros estados da federação. Poucas obras de socorros foram então organizadas no território seco, reduzindo com isso a formação ali de grandes aglomerações de retirantes. Além disso, a fase de prosperidade por que passavam os negócios da extração do látex na região amazônica e a exportação cafeeira nos estados do Sul podem ter influído de alguma maneira na amenização da sensação deixada em parcelas mais ou menos extensas da população diretamente atingidas pela crise<sup>24</sup>. Caso uma pesquisa mais detida confirmasse esta hipótese, talvez fosse possível afirmar que a emigração tinha a função de uma espécie de “válvula de escape” das tensões sociais na seca de 1900.

Com a estruturação de uma política de socorros baseada no incremento da açudagem (em relativo detrimento de construção de linhas férreas), uma nova dinâmica passou a caracterizar o antagonismo dos retirantes na seca de 1915. As obras dispersas por vários pontos do sertão distante, empregando, em geral, contingentes de operários restritos a algumas centenas, reduziram as imensas concentrações de retirantes que se viam nas secas anteriores. Mesmo no Campo de Concentração do Alagadiço, em Fortaleza, onde o deputado Ildefonso Albano chegou a encontrar abrigados simultaneamente 35 mil imigrantes, o alojamento ali parece ter sido passageiro para as maiorias, havendo registro de uma grande renovação de pessoas que dali saíam constantemente para outros estados, “sendo logo substituídas por outros [grupos] de igual número que chegavam do interior<sup>25</sup>”.

A crônica histórica não registra para essa seca grandes confrontos entre retirantes e soldados em centros urbanos, mas, por outro lado, crescem as referências a agitações de operários em açudes, estradas e nas vias férreas em construção. Em centros de trabalho como nos reservatórios do Acarape do Meio e Salão, engenheiros temeram por sua segurança diante da insatisfação que iam crescer entre os retirantes que, aglomerando-se perto dos canteiros, ou não eram alistados, ou, quando recrutados, não recebiam os pagamentos com regularidade (POMPEU SOBRINHO, 1952, pp. 281-289 e 292-298).

Num registro em que se buscou reproduzir com fidelidade as vozes dos próprios retirantes, operários que haviam abandonado as obras do açude Tucunduba reclamavam.

- E por que os srs. abandonaram o serviço? Foi para cuidar da plantação?
- Nhor não, qui nós num temo qui prantá. Tava juntando lá este dinheirim pra isto mesmo, mas homem de vergonha na cara não arrisiste serviço cuma aquele, praque a gente trabaia no duro correndo com lata na cabeça e qualquer fodoca feitor ainda vem gritar a gente, achando pouco o serviço que vai inté às 7 horas da noite.
- Antonce nos aconceiaram qui nós viesse aqui pra vossa senhoria butá essas mizera na foia e aqui está a nossa conversa.

A novidade presente nessa breve queixa não está apenas em que a articulação da resistência dos operários agora era consequência de um conteúdo eminentemente relacionado ao regime de trabalho (em contraste com as reivindicações em torno de valores salariais ou do pagamento em gêneros). Também é novo o método de pressão adotado, com uma pequena comissão de três retirantes procurando a redação do jornal *A Lucta*, em Sobral, para fazer suas denúncias.

Outra maneira como a voz do retirante se fazia ouvir foi por meio de uma carta publicada de um sertanejo que, sem recursos durante a seca, recebeu de um “prezado padrinho” uma proteção na forma de “cartas de recomendação, dinheiro para a viagem e a minha bênção para ser feliz”, com o que se dirigiu até o açude Caio Prado, em Santa Quitéria. Em sua missiva, dirigida ao “padrinho”, o retirante reclamava:

Há 6 dias que aqui cheguei e ainda estou a ver navios. O engenheiro encarregado do serviço tem pretensões a Kaiser, mas de Kaiser não tem nem o bigode, muitas vezes ele se esquece das leis fundamentais da civilidade; é mais pobre em caridade do que nós em dinheiro.

Diz que não há serviço para os “vagabundos” dos outros municípios, não inspira confiança a ninguém, desatende os pedidos justos das pessoas de consideração, é arrogante, é mais exigente no serviço do que o Dr. Edmundo na Administração da Estrada. Afinal, ninguém está satisfeito com tal engenheiro.

Cícero (era esse o nome do autor da carta), para melhorar de alguma forma a sua condição, buscava atizar uma implícita disputa de poder entre o engenheiro recém-chegado à região seca e o coronel seu “padrinho”, mandante tradicional – certamente a quem Cícero se referia como “pessoa de consideração” –, o único que lhe ofereceu apoio. Ao fazer isso, buscava

incrementar a proteção anteriormente recebida na forma das tais “cartas de recomendação”, que haviam sido simplesmente ignoradas pelo engenheiro com “pretensões a Kaiser”. Talvez isso o tenha deixado mais à vontade para inclusive expressar um gesto ameaçador na carta: “Nós, pobres, já não lhe demos uma sova (com licença da palavra) porque respeitamos nele a autoridade do governo que, embora não preste, é sempre autoridade”. E seguiu em suas denúncias:

O ganho dos trabalhadores é muito pouco, não parece ser cousa do governo. O pagamento é dificultoso e malfeito.

Meu padrinho há de pensar que isto tudo é despeito meu ou que eu tenho o hábito de tosar a vida alheia. Mas não, eu não disse a metade do que se passa aqui. O engenheiro é rigoroso, por qualquer coisa o trabalhador é ameaçado de ser dispensado.

Hoje fui pedir-lhe ao menos dois dias de serviço e ele respondeu-me com desdém: “Ora bolas! Você não vê que eu estou botando metade da mundice pra fora?” Rezei o Credo nesta ocasião e esconjurei... mas ainda tive coragem para dizer-lhe: mas doutor, estou para morrer de fome<sup>26</sup>!

Na seca de 1919, diversas obras de socorros públicos, paralisadas ou ainda em fase de estudos, tiveram de ser logo iniciadas porque os retirantes, já nos primeiros meses do ano, concentraram-se em pontos estratégicos, como ao redor de açudes ou nos extremos das linhas férreas. A simples reunião de certo número de retirantes era motivo para ser considerada uma situação de emergência, embora nas secas daquela década, como apontou Rodolfo Teófilo, os retirantes não tivessem chegado “ao grau de miséria orgânica a que chegaram em 1877”. O “perigo” parecia agora estar associado diretamente ao poder de articulação dos imigrantes, que as elites, a duras penas, aprendiam a respeitar. O Ministério da Viação, nesse sentido, assegurava “estar apressando providências relativamente às obras contra as secas a fim de atender à situação ameaçadora do Ceará, prometendo para breve a iniciação dos trabalhos de açudagem, estradas de rodagem etc.”<sup>27</sup>.

Dessa forma, a já, a essa altura, habitual pressão de multidões de famintos à porta dos escritórios de engenheiros pedindo empregos e socorros continuou a ser um recurso largamente acionado pelos retirantes durante a seca de 1919. Henrique Couto Fernandes, à frente da Rede de Viação Cearense, registrou concentrações de imigrantes nas extremidades da via férrea Sobral-Itapipoca, o que o fazia solicitar ao Ministério da Viação, a cada momento, uma nova autorização para abrir frentes de trabalho extras. Em julho tiveram início os trabalhos a partir da cidade de Sobral, quando, segundo uma notícia publicada no *Correio da Semana*, uma “multidão imensa de famintos, maltrapilhos e esqueléticos aguardava a hora suspirada de levar seu nome ao caderno dos alistados”. Algumas semanas depois, “chegando a meu conhecimento que na zona de Uruburetama grande número de flagelados acossados pela seca se acha em precárias condições”, o diretor da RVC providenciava a criação de mais duas residências em Itapipoca, “sendo uma em direção a Sobral e outra rumo a Fortaleza, como meio de dar imediato socorro à população dessa zona”. E ainda, após novas pressões,

“dada [a] afluência extraordinária [de] flagelados admitidos [no] trabalho”, em fevereiro de 1920 seria estabelecida uma nova residência de construção em Soure, próximo a Fortaleza<sup>28</sup>. De modo semelhante, muitas obras em açudes e estradas de rodagem seriam, durante aquela seca, iniciadas em vários pontos do território cearense, obedecendo ao mesmo método de pressão dos imigrantes.

Mas, ao lado de procedimentos consagrados nas ações coletivas dos retirantes, novos métodos de luta surgiram em 1919. Pela primeira vez, operários ocupados em trabalhos de construção durante tempos de seca reivindicariam o aumento de seus salários com a expectativa de que as elites políticas encontrariam na legislação em vigor um amparo para a regularização de direitos que reconhecessem a condição do trabalhador das obras de socorros públicos<sup>29</sup>.

Na verdade, antes mesmo de se manifestar a seca naquele ano, já havia reivindicações por parte de trabalhadores do sertão que reclamavam da minguada diária de 1.600 réis paga nas obras de prolongamento dos caminhos de ferro no Ceará, considerando essas quantias “insuficientes para a sua subsistência, à vista do elevado preço dos gêneros de primeira necessidade”. Sabendo que “particulares” pagavam naquele tempo de três a quatro mil-réis a diária de jornaleiros, reivindicavam do governo ao menos dois mil-réis de salário. Entretanto, a falta de chuvas atrapalhou o plano dos trabalhadores, ficando a média de salário durante aquele ano no patamar ainda mais restrito de 1.500 réis. Ao que parece, o contexto geral de miséria minou consideravelmente o poder de barganha dos operários, que já vinham conquistando a autorização do ministro Afrânio de Mello Franco para o aumento do salário<sup>30</sup>.

Mas as pressões dos sertanejos não pararam, mesmo porque as condições aflitivas impeliam os grupos de retirantes a se mobilizarem. Jornais ecoavam as reclamações dos operários engajados nas obras de socorros, demonstrando a desproporção dos salários recebidos pelos imigrantes diante da grande carestia que apertava ainda mais a vida já tão carente de recursos dos pobres. Naquele ano, o poder de compra do salário do trabalhador da seca era ainda menor do que o verificado durante a estiagem de 1915, quando a média diária dos pagamentos nas obras públicas estava em torno dos 1.200 réis. Segundo uma matéria publicada em *A Lucta*, com aquela diária o trabalhador era capaz de comprar em 1915:

|     |                   |        |
|-----|-------------------|--------|
| ½   | litro de feijão   | 150 rs |
| 2   | litros de farinha | 300 rs |
| 1   | quilo de carne    | 500 rs |
| 200 | gramas de açúcar  | 100 rs |
| 100 | gramas de café    | 80 rs  |

Em contrapartida, para o retirante comprar aquela mesma quantidade, “já bastante restrita à sua subsistência”, teria de despendar em 1919:



|     |                   |                        |
|-----|-------------------|------------------------|
| ½   | litro de feijão   | 300 rs                 |
| 2   | litros de farinha | 600 rs                 |
| 1   | quilo de carne    | 1.200 rs               |
| 200 | gramas de açúcar  | 250 rs                 |
| 100 | gramas de café    | 250 rs                 |
|     | Soma              | 2.600 rs <sup>31</sup> |

Aparentemente, os retirantes alimentavam suas esperanças de aumento salarial na leitura que faziam da conjuntura política diferenciada. Em 1919, o estado era governado por João Tomé Sabóia e Silva, engenheiro que já havia atuado em diversas obras de socorros e que durante anos esteve à frente dos serviços de prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral. Ao mesmo tempo, naquele ano seria eleito para a presidência da República o oligarca paraibano Epitácio Pessoa, cujo plano de governo era declaradamente favorável à política de socorros à região afetada pelas secas. Desde 1915, uma bancada ativa de representantes cearenses ganhava progressiva visibilidade, no que se destacou a atuação do deputado Ildefonso Albano, que, em discurso feito na Câmara dos Deputados em 1917, causou espécie entre a classe política do país “provando” que as mortes dos flagelados das secas superavam em número e em sofrimento as baixas das piores guerras, exibindo no plenário fotografias de famílias retirantes deformadas pela fome e pelas doenças<sup>32</sup>.

Efetivamente, em 1919 não demorou a chegada das comissões de engenheiros ao Ceará com a missão de alistar os pobres atingidos pela estiagem, mas desta vez seriam os recursos financeiros que atrasariam. Aguardando a aprovação das instâncias parlamentares, os altos investimentos canalizados para os estados do Norte que notabilizaram o governo de Epitácio Pessoa só começariam a chegar no final daquela seca, na passagem de 1919 para 1920. Para os retirantes, que nunca podiam se dar ao luxo de esperar, os tempos foram de profunda agonia.

Após meses ouvindo falar na chegada de telegramas do Rio de Janeiro noticiando a cada vez “avanços nas negociações” pelo aumento dos salários, mas sem que se chegasse a qualquer resultado tangível, a paciência ia se esgotando naqueles tempos mais difíceis para os pobres atingidos pelas secas que eram os meses da passagem de ano, entre novembro e março. Porém, em janeiro de 1920 foi finalmente autorizada a elevação dos salários para os trabalhadores das construções nas vias férreas do Ceará, passando o pagamento para dois mil-réis a diária<sup>33</sup>. A notícia deve ter sido bastante comemorada nas residências de construção das estradas de ferro, mas o alento não foi suficiente para impedir o surgimento de uma nova onda de protestos dos proletários das secas.

Em 30 de janeiro de 1920, quando se anunciou o fechamento do Dispensário dos Pobres em Fortaleza por falta de recursos, “numeroso grupo de flagelados assaltou carroças de gêneros que se dirigiam da praia para o centro da cidade”. Na parte da tarde, realizou-se um *meeting* na Praça do Ferreira, após o qual “uma multidão de famintos dirigiu-se ao palácio do governo a fim de pedir ao Dr. João Tomé para ser intérprete de suas desgraças junto aos poderes da Nação”. A polícia, no entanto, “proibiu a aproximação dos flagelados”

e dispersou o cortejo de retirantes. No dia seguinte houve saques no comércio da cidade, quando “famintos arrebataram cestas de pães e se apoderaram de algumas bancas de comida feita”. Consta que “muitos armazéns da praia fecharam suas portas” e “caminhões da Light no serviço de transporte de gêneros trafegam guardados por policiais armados de carabinas”. Em meio aos tumultos, um retirante foi preso por tentar “parar um carroção carregado de cereais, pondo uma pedra na linha de bonde”. A “multidão de famintos tentou tomar o preso apedrejando os soldados”. Com o fim dos conflitos, quatro mil retirantes foram enviados pelo governo para os trabalhos na estrada de rodagem de Canindé. Receberiam lá uma diária de 1.800 réis como pagamento. Outra parcela de imigrantes foi mandada para as obras do prolongamento da ferrovia Sobral-Itapipoca<sup>34</sup>.

Restaurada a ordem na capital, ainda houve agitações em pontos do interior. Um telegrama informava que, em 10 de fevereiro, três mil sertanejos famintos aguardavam o “horário” na estação de Crateús, da EFS, “a fim de se apossarem dos gêneros que lhes mitigassem a fome”. Os retirantes foram convencidos a desistir do “criminoso intento” quando tiveram a garantia do governo de que receberiam socorro imediato. E ainda no dia 26 do mesmo mês, “flagelados concentrados na cidade de Maranguape tentaram atacar o comércio no auge da fome”. Para que a ordem fosse mantida, víveres tiveram de ser distribuídos no mesmo momento<sup>35</sup>.

Durante a seca de 1919, retirantes combinaram “velhos” e “novos” métodos de pressão em sua luta contra as autoridades e pela vida.

### **Aprendizados na resistência**

As articulações de luta dos proletários das secas não tinham por base a convivência num mesmo bairro, cidade ou fazenda, não se constituíam no reconhecimento das causas específicas de uma determinada categoria ou ofício, sequer as turmas de trabalhadores eram formadas pelos mesmos indivíduos a cada vez que eram organizadas. Em cada ano de seca havia novas as condições de trabalho. A ferrovia que na seca anterior empregara os sertanejos de determinada região, no novo tempo de estiagem já teria avançado para um ponto longínquo do interior seco. O velho açude que no passado dera tantos empregos podia não demandar mais reparos, ou simplesmente faltavam investimentos do governo para que nele os pobres fossem alistados. Para escaparem da morte, os sertanejos pobres tinham sempre que procurar novos lugares onde conseguir os socorros públicos. A “vida nômade” dos flagelados significava que a própria base de articulação dos laços de solidariedade formados entre os trabalhadores das obras públicas não era fixa. Viviam, assim, num movimento constante de arranjos e desarranjos, inclusive no que tange às suas artes da resistência.

Certamente essas características comprometiam a organização de movimentos mais abrangentes ou de caráter permanente, como as que são pré-requisitos para a formação de associações de classes ou sindicatos. Mas, ao mesmo tempo, essas características podem

ter permitido que a trajetória de lutas dos retirantes das secas na passagem do século XIX tenha se apresentado tão rica em dinamismo, com seus contextos de intensificação de protestos sucedendo a longas jornadas de aparente imobilismo, com a adoção de novos métodos de pressão a cada momento, com o surgimento de novas motivações a impulsionar as lutas, com amotinamentos, greves, saques, intimidações coletivas a engenheiros e feitores, e também com a formação de comissões de negociação de salários ou grupos que procuravam os periódicos locais para denunciar opressivos regimes de trabalho. Definitivamente, falar que os retirantes protestavam por simples reação desesperada é uma assertiva bastante insatisfatória (e reducionista) para se interpretar um processo social tão multifacetado e de tamanha magnitude.

A superação de uma abordagem simplista das ações coletivas dos camponeses do semiárido em muitos aspectos é tributária dos trabalhos de Frederico de Castro Neves, sobretudo do livro *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará* (2000), no qual o autor analisa a longa trajetória de ações coletivas dos sertanejos, com suas experiências, aprendizados e expectativas, em que a multidão “negocia através da pressão direta, dos pedidos e exigências, dos saques e, especialmente, da exposição pública de suas misérias, que a seca aguça e dá visibilidade”. Observando nas escolhas dos grupos sertanejos “suas estratégias em função das opções disponíveis”, esse autor entende que suas ações “constituem-se em atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade e naqueles pontos em que se cruzam com as teias mais amplas das relações sociais”. Nesse sentido, Frederico de Castro Neves expressa sua recusa de encarar a fome e a seca como um quadro estrutural que as ações dos retirantes deveriam necessariamente refletir. Em vez de tentar encontrar em algum ponto fora das ações dos retirantes explicações para sua suposta “fraqueza” – que, como é sabido, foi procedimento característico da pesquisa acadêmica até um tempo recente –, preferiu aguçar o olhar e abrir-se às possibilidades de entendimento das próprias práticas dos camponeses como autossuficientes e dotadas de sentidos (NEVES, 200, pp. 13-14). Seguir essa linha de análise nos permite indicar alguns aspectos importantes dos padrões de luta dos retirantes durante a passagem do século XIX, particularmente daqueles que se situavam nas fronteiras do mundo do trabalho.

Sem dúvida, a característica mais expressiva das experiências de luta dos proletários das secas era o uso da força como método de pressão. Como as correntes hegemônicas dos movimentos dos trabalhadores julgam mais eficientes as negociações pacíficas – e protestos como motins e a destruição de máquinas tenham sido, durante muito tempo, tratados como meras expressões da pré-história do movimento operário –, muito rapidamente nos esquecemos de que as “negociações coletivas através da arruaça” (*collective bargaining by riot*) de que fala Eric Hobsbawm foram, na verdade, uma técnica de pressão largamente utilizada por trabalhadores de todo o mundo e em várias fases de sua história (HOBBSAWM, 1981, pp. 15-31).

Entre os retirantes das secas não haveria de ser diferente, mesmo porque, na sua condição de imigrantes, a violência era um dado do cotidiano: nos caminhos pelos sertões secos, nos embarques em trens e navios, no dia a dia dos abarracamentos, nas portas das pagadorias do governo, no cumprimento das jornadas de trabalho em que homens armados encontravam-se sempre em volta. Conflitos com forças policiais eram algo quase previsível, como expressa num ofício o engenheiro Luiz da Rocha Dias, da ferrovia de Sobral, ao dizer que até “pressentia alguma perturbação da ordem pública produzida pela força aqui destacada”. No caso em questão, numa jornada durante o mês de outubro de 1878, em Camocim, retirantes não tinham alternativa senão se defender dos repetidos ataques feitos por soldados insistentes em provocações<sup>36</sup>.

Mas, como escreveu Natalie Zemon Davis, podemos ver a violência, “não importa quão cruel ela seja, não como casual ou sem limites, mas dirigida a alvos definidos e escolhida dentre um repertório de punições e formas de destruição tradicionais” (DAVIS, 2001, p. 131). De fato, ao analisarmos os episódios de embate acima apresentados, o que parece mais significativo são as maneiras criteriosas como se comportavam os retirantes nos momentos de exaltação. Logo se constata que os levantes correspondiam a uma lógica interna à dinâmica de resistência dos imigrantes. As agonias da fome eram praticamente constantes durante os anos secos, mas os motins se concentravam em certas jornadas, formando ondas de protestos que se intensificavam e depois arrefeciam. Portanto, não era primordialmente em resposta ao estômago vazio que os retirantes se mobilizavam, mas a uma leitura que faziam sobre os momentos mais favoráveis para exercer sua pressão sobre as autoridades.

O próprio gesto ameaçador era calculado. Para que os grevistas da Baturité em 1888 haveriam de invadir o mercado da cidade se o foco de seu protesto era impedir a redução dos salários? Talvez tal atitude provocasse uma repressão mais ostensiva, pondo em risco o objetivo maior da greve. Mas ainda assim dirigiram-se às portas do mercado público, por ali permaneceram durante uns instantes, atijando o pânico na cidade, demonstrando que, se quisessem, podiam saquear aquele estabelecimento. Mas não quiseram...

Gritarias, corre-corre, avanços sobre trens em movimento, destruição de estações ou fachadas de pagadorias, armas empunhadas, a farinha espalhada pelo chão do depósito saqueado, tudo isso sob uma leitura a contrapelo pode se revelar como gestos deliberados dos “ritos da violência”, feitos mais para criar impacto e demonstrar poder de ação do que efetivamente destruir ou machucar (THOMPSON, 2008, pp. 25-85). Afinal de contas, na maioria das vezes os retirantes, agindo assim, forçavam as autoridades a se pronunciar, negociar, distribuir gêneros, alistar novos contingentes em obras de socorros.

Em relação aos retirantes engajados nas turmas de operários, os assaltos aos armazéns do governo – ou simplesmente as ameaças deles – funcionavam como uma espécie de “pressão sindical”, eficiente em face das circunstâncias e das características peculiares das obras de socorros públicos. Não apenas os saques resultavam, em geral, na adoção imediata

de providências compensatórias por parte de engenheiros e comissários, mas, lançando mão da ação direta, os retirantes podiam ainda reunir rapidamente uma multidão solidária e coesa. Uma paralisação pacífica e duradoura costuma requerer longas preparações, supor um alto grau de solidariedade por parte da comunidade envolvente, a formação de algum tipo de fundo de greve, controle sobre “furadores” etc. (HOBSBAWM, 1981, p. 18). Nada disso era possível entre os proletários das secas.

Em compensação, os trabalhadores das grandes obras de socorros públicos formavam um bloco imenso de pessoas que, a princípio, compartilhava os mesmos interesses básicos – de obter as melhores condições de socorro em termos de pagamentos, alimentos, vestimentas, remédios etc., sem que precisassem se matar de trabalhar. É bom destacar que nem sempre eram essas as circunstâncias de grandes obras em ferrovias, canais ou reservatórios, havendo em vários empreendimentos pelo mundo consideráveis divisões internas entre as turmas de operários, separadas por barreiras étnicas e nacionais que geravam obstáculos para a reunião dos trabalhadores na defesa de causas comuns. São conhecidas as disputas que opunham os imigrantes europeus e trabalhadores nacionais dos Estados Unidos aos chineses na construção da ferrovia transcontinental Central Pacific. Da mesma forma, ali costumava ser tensa a convivência entre brancos e negros. Na Índia, os colonizadores britânicos usavam o sistema de castas entre os trabalhadores para “dividir a fim de dominar melhor” os empregados nas obras de socorros. Em estudo sobre a construção do Canal do Panamá, a historiadora Julie Greene mostrou como a intolerância mútua entre barbadianos e espanhóis provocava lutas campais entre os operários por não quererem dividir os mesmos dormitórios e refeitórios, nem mesmo os espaços de trabalho nos trechos de construção (ZINN, 2011, p. 194; MONTGOMERY, [s/d], p. 68, KERR, 2006, pp. 98-101 e GREENE, 2009, pp. 159-179). Não havia semelhantes cisões internas nas obras de socorros públicos no território das secas.

Talvez por essa razão não fosse difícil que os retirantes se convencessem da justiça de tomarem à força, todos juntos, os gêneros alimentícios dos depósitos públicos quando se sentiam de alguma maneira enganados pelos agentes da distribuição. No momento em que avançavam sobre as pagadorias, valores morais compartilhados referendavam a ação, formando-se algo parecido com o que Georges Lefebvre definia como uma “mentalidade coletiva” presente na multidão (LEFEBVRE, 1988, pp. 241-264). Nos protestos, os imigrantes não se julgavam criminosos, mesmo tendo plena consciência de que estavam indo de encontro às leis estatais e desafiando as ordens das autoridades. Confiavam na existência de uma espécie de código informal (não escrito, mas por todos reconhecido) que lhes dava o direito de se apossarem dos gêneros do governo, pois estavam passando fome e precisavam contar com a reciprocidade pública para a subsistência. Daí a grande confiança que manifestavam os revoltosos no momento dos conflitos na Praça Visconde de Pelotas, gritando que “estavam no seu direito, que os gêneros lhes pertenciam”, ou dos operários que se recusavam a se alistar

por salários rebaixados em Quixadá, em 1889, dizendo que, mesmo sem trabalhar, “havam de comer dos gêneros mandados pelo governo”<sup>37</sup>.

Eram expectativas trazidas diretamente da cultura paternalista reinante no universo sertanejo de onde vinha a grande maioria dos operários das secas. Ali a doação era tida como uma contrapartida justa para os que se dedicavam a extrair as riquezas da terra, mas que se encontravam episodicamente em situação de extrema carência. Justo era o patrão que reconhecesse o seu dever moral de proteger os pobres, dando a comida quando esta faltava. Como o Estado, especialmente a partir da seca de 1877, passava a exercer a função paternalista de principal provedor dos socorros aos flagelados: justo era o governo que reconhecesse seu papel de protetor do povo. Portanto, não fazia muito sentido para os padrões culturais paternalistas dos sertanejos a condição imposta pelas autoridades de somente receberem os benefícios os que haviam trabalhado para tanto.

Sendo assim, os costumes paternalistas dos sertanejos criavam obstáculos para a formação de uma ética de trabalho em que este deveria ser recompensado segundo as regras estritas do assalariamento. E os pagamentos feitos na forma de gêneros, diante disso, reforçavam ainda mais as expectativas tradicionais. Significativo é o fato de que, durante todas as secas da passagem do século XIX, os salários nunca tenham chegado a ser plenamente monetarizados nas obras de socorros públicos.

Na seca de 1877-79, a crise arruinou de tal forma o comércio de alimentos que a grande parcela da comida consumida pela população foi comprada pelo poder imperial em outras províncias, provendo o sustento das massas de pobres com pagamentos em gêneros. Simplesmente os retirantes não tinham como comprar comida de comerciantes a preços minimamente acessíveis. Na seca seguinte, entre 1888 e 1889, ainda haveria uma iniciativa por parte da administração de Caio da Silva Prado de estabelecer contratos com fornecedores para que, num só esforço, o Estado se desonerasse dos encargos com o transporte de víveres e o comércio interno fosse estimulado. O objetivo do governo era reduzir a distribuição de comida ao mínimo possível. Mas o acentuado aumento de preços forçou o governo a voltar atrás, reduzindo a cota-parte do salário paga em dinheiro “para abrigar os operários das evoluções do mercantilismo”. Nas estiagens de 1915 e 1919 já encontramos as obras contra as secas valendo-se em larga escala do sistema de pagamento por meio de fornecedores, em que os trabalhadores recebiam seus salários em dinheiro, mas viam-se forçados a gastá-lo em barracões de comerciantes contratados pela IOCS e RVC. Ainda assim, nos últimos meses de 1919, o atraso das verbas prometidas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas provocou difusão, no comércio praticado na região norte do estado, dos chamados “vales da rodagem”, promissórias improvisadas pelos engenheiros das Obras Novas Contra as Secas que criaram grandes constrangimentos entre operários e comerciantes, mas que acabaram tendo de ser aceitas como moeda de troca<sup>38</sup>.

Em meio a essa (lenta, imperfeita, porém progressiva) monetarização dos salários, os proletários das secas iam lidando com novas condições em relação aos socorros públicos, o que estimulava certas alterações em seus hábitos de trabalho e na forma mesma de encarar a relação com o assalariamento. Processualmente, os socorros – até então entendidos basicamente como um sinal de reciprocidade inerente às regras paternalistas – foram sendo vistos como um direito dos que haviam trabalhado para conquistá-lo. Quando relatou, indignado, uma das tantas cenas de repressão que as tropas policiais de Fortaleza promoveram contra os retirantes em frente a uma pagadoria, Rodolfo Teófilo envolveu simultaneamente essas duas noções de legitimidade quando considerou: “havia três dias que esses infelizes não recebiam rações, ou por falta de víveres ou por negligência dos comissários; contudo, trabalhavam no serviço do governo<sup>39</sup>”.

A formação dos proletários das secas caracterizou-se por esse aprendizado em ir lidando com as relações de trabalho assalariado, apesar de nunca terem desistido de manter o costumeiro princípio de encarar os socorros públicos como algo a que tinham merecimento pelos critérios da economia moral sertaneja. Esse traço cultural, ao mesmo tempo rebelde e tradicional, não os impediu de incorporar das experiências de luta nas obras públicas variadas formas de articulação de resistência. Valeram-se de greves coordenadas, da realização de passeatas e assembleias em logradouros urbanos, de denúncias publicadas em jornais de grande circulação, de reivindicações junto a representantes políticos e autoridades – e ainda de outros prováveis arranjos que a consulta às fontes nesta pesquisa não lograram reconhecer. Mesmo que, ao fim de cada seca, o retorno da maioria dos operários para os distantes sertões exercesse um efeito desarranjador nas artes da resistência duramente engendradas, com o passar dos anos a cultura operária criada nas obras de socorros públicos foi se estabelecendo e se consolidando na forma de novos sujeitos sociais dispostos a resistir às opressões dos tempos de estiagem.



## Notas

<sup>1</sup> A pesquisa que deu origem a este artigo contou com o financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

<sup>2</sup> Na descrição feita por Rodolfo Teófilo, uma pagadoria de retirantes “não era mais do que uma casa para depósito de gêneros e um curral de pau a pique exposto inteiramente ao sol, com uma porteira, e tudo igual aos que se fazem no sertão para recolher o gado. Na hora do pagamento, recolhia-se ao curral os retirantes, homens e mulheres; colocavam-se quatro soldados, um em cada ângulo exterior da estacada, a fim de vigiarem os que já tinham recebido ração, impedindo assim que escalassem a cerca de fora para dentro. Encurralados os emigrantes, o pagador abria a porta de sua repartição, enquanto o seu ajudante dava passagem na porteira do curral a um retirante de cada vez. Pago aquele, saía outro, e assim até o fim.” TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca no Ceará (1877-1880)**.

Fortaleza: Typographia Inglesa, 1922, pp. 236-237.

<sup>3</sup> *Pedro II* de 22/08/1878, Fortaleza, IC. *Grifos do próprio jornal*. O *Pedro II* era um periódico que sustentava as posições políticas de uma das facções do Partido Conservador no Ceará, alinhada sob a liderança da família Fernandes Vieira. No momento em que transcorriam os acontecimentos narrados, exercia direta e acirrada oposição ao governo liberal de José Júlio de Albuquerque Barros, que contava para sua defesa com a publicação de *Cearense*, órgão do Partido Liberal.

<sup>4</sup> Em ofício de 24/08/1878 e anexos, II<sup>o</sup> 282, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional (AN doravante) lê-se: “Nesse propósito andaram pelos abarracamentos falando aos emigrantes, pregando a todos as suas ideias subversivas da ordem e da economia da propriedade pública e predispondo-os para um movimento qualquer de levantamento e insubordinação”.

<sup>5</sup> *Pedro II* de 22/08/1878, Fortaleza, IC. Ofício de 24/08/1878 e anexos, II<sup>o</sup> 282, Ministério da Justiça, AN. Toda a narrativa que segue terá por base esse mesmo conjunto de fontes.

<sup>6</sup> Aspectos gerais das obras de socorros públicos são apresentados em CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorros públicos (1877-1919)”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 6, 2011, pp. 176-193.

<sup>7</sup> CEARÁ. *Fala com que o excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª seção da 24ª legislatura da assembleia legislativa no dia 1 de novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879, pp. 52-53.

<sup>8</sup> TEÓFILO, *História da seca do Ceará...*, p. 178. Ofício de 23/03/1878 e anexos, II<sup>o</sup> 282, Ministério

da Justiça, AN. Ofícios de 16/07 e 14/08/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

<sup>9</sup> Ofício de 10/08/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

<sup>10</sup> Ofício de 24/08/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

<sup>11</sup> “Segundo essa visão”, afirmou Thompson, “difícilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou autoativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos.” THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 150-151.

<sup>12</sup> *Cearense* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

<sup>13</sup> *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

<sup>14</sup> *Cearense* de 3/10/1888, e *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

<sup>17</sup> Telegrama de 24/08/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC. *Libertador* de 2/09 e 6/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>18</sup> *Libertador* de 5/09 e 6/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>19</sup> *Libertador* de 6/09 e 7/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>20</sup> *Libertador* de 9/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

<sup>21</sup> Telegramas de 14/09 e 20/19/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

<sup>22</sup> Ofício de 27/11/1889, Quixadá, caixa 14, Socorros Públicos, APEC.

<sup>23</sup> *A Cidade* de 14/11/1900, Sobral, BPGMP.

<sup>24</sup> Sobre o desempenho econômico do comércio exportador do café e da borracha nessa época cf. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>25</sup> ALBANO, Ildefonso. **O secular problema do Nordeste**. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 30. CEARÁ. **Mensagem dirigida à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do estado coronel Benjamin Liberato Barroso**. Fortaleza, 1916, p. 7.

<sup>26</sup> *A Lucta* de 24/01/1920, Sobral, BN.

<sup>27</sup> TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 97. *Correio da Semana* de 29/03/1919, Sobral, BPGMP.

<sup>28</sup> **Correio da Semana** de 26/07/1919, Sobral, BPGMP. Ofícios de 26/08/1919 e 2/02/1920, GIF 4B 450, maço 295, AN.

<sup>29</sup> Como mostrou Ângela de Castro Gomes, aquele foi um tempo de debates parlamentares importantes acerca da “questão operária”, quando a classe política procurou desfazer em parte a imagem assaz negativa do país aos países estrangeiros no que tangia a questão dos direitos dos trabalhadores. Apesar de a repressão ter sido implacável contra os movimentos grevistas naqueles anos, não deixou de haver, por outro lado, anúncios por parte do Estado de certa disposição para aprovar algumas leis de caráter trabalhista cuja intenção era claramente arrefecer os protestos operários que tomavam as ruas. Cf. GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979, p. 85-107. GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005, pp. 125-173.

<sup>30</sup> Ofício de 29/01/1919, GIF 4B 450, maço 295, AN.

<sup>31</sup> **A Lucta** de 30/07/1919, Sobral, BN.

<sup>32</sup> ALBANO, Ildefonso. **O secular problema do Nordeste...** Op. cit.

<sup>33</sup> **A Lucta** de 24/01/1920, Sobral, BN.

<sup>34</sup> **A Ordem** de 06/02 e 07/02/1920, Sobral, e **Correio da Semana** de 07/02/1920, Sobral, BPGMP.

<sup>35</sup> **A Lucta** de 11/02/1920, Sobral, BN, e **Correio da Semana** de 28/02/1920, Sobral, BPGMP.

<sup>36</sup> Ofício de 23/10/1878, EFS, APEC.

<sup>37</sup> Duas obras de referência que analisam aspectos de códigos populares de justiça são: THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. HAY, Douglas et. alli. **Albion's fatal tree**: crime and society in eighteenth-century England. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1977.

<sup>38</sup> Ofício de 3/04/1889, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, APEC. **A Lucta** de 10/01/1920, Sobral, BN.

<sup>39</sup> TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca do Ceará...** Op. cit., p. 178.

## Referências Bibliográficas

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorros públicos (1877-1919)”. In: **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 6, 2011, pp. 176-193.

DAVIS, Natalie Zemon. “Ritos da violência”. In: **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005.

GREENE, Julie. **The canal builders**: making America's empire at the Panama Canal. New York: Penguin Books, 2009.

HAY, Douglas et. alli. **Albion's fatal tree**: crime and society in eighteenth-century England. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KERR, Ian J. “On the move: circulating labor in Pre-Colonial, Colonial, and Post-Colonial India”. In: **International Social History Review**, 51, supplement, 2006, pp. 98-101.

LEFEBVRE, Georges. “Les foules révolutionnaires”. In: **La grande peur de 1789**. Paris: Armand Colin, 1988, pp. 241-264.

MONTGOMERY, David. **The fall of the house of labor**: the workplace, the state, and American labor activism, 1865-1925. Cambridge: Cambridge University Press, [s/d].

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

POMPEU SOBRINHO, Tomás. **História das secas** (século XX). Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.  
TEÓFILO, Rodolfo. **História da secca no Ceará (1877-1880)**. Fortaleza: Typographia Inglesa, 1922.  
\_\_\_\_\_. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

ZINN, Howard. **La otra historia de los Estados Unidos**. 3ª edição. Madrid: Siete Cuentos, 2011.

Recebido em 29/04/2016

Aprovado em 03/06/2016